(...) O PRESENTE E O FUTURO NOS DEMANDARÃO AINDA MAIS ENERGIA E ESFORÇO, NESSES PRÓXIMOS ANOS, PARA PODERMOS AVANÇAR NO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA.

- RENAN QUINALHA

O BRASIL PÓS ELEIÇÕES DE 2022: RETORNO AO PASSADO OU POSSIBILIDADE DE UM NOVO FUTURO? | ENTREVISTA COM RENAN QUINALHA

BRAZIL AFTER THE 2022 ELECTIONS: RETURN TO THE PAST OR THE POSSIBILITY OF A NEW FUTURE? | INTERVIEW WITH RENAN QUINALHA

Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)[1]

1 INTRODUÇÃO



Fonte: Site Renan Quinalha

O Brasil, nos últimos anos, sofreu intensos ataques à democracia, emergidos de uma agenda que contou com ataques constantes de parlamentares direcionados a minorias, passando golpe de 2016 - o qual culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff - e chegando à eleição do, já, ex-presidente genocida, fatos que demonstraram a força do conservadorismo na sociedade brasileira. Partindo deste cenário, surge a necessidade de buscarmos compreender as condições que proporcionaram a derrocada da democracia, a fim de que, coletivamente, possamos reconstruir tudo aquilo que foi desmontado durante tal retrocesso. É neste contexto de pensar possibilidades que se insere a entrevista com Renan Quinalha, escritor e Professor de Direito (Instituições Judiciais e Cidadania) da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Seus posicionamentos e sua pesquisa acerca de democracia, justiça de transição e políticas conservadoras instigam um diálogo crucial para a reconstrução do sistema

[1] Pessoa não-binária, PcD, militante e pai da Maya. Doutoranda em Educação na UERJ e especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório Afrodite (UFSC/CNPq) e técnica em educação no Grupo EDUSEX (UDESC/CNPq).

democrático, que não deixe espaços para violações.

COR LGBTQIA+ (COR): Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Justiça de transição: contornos do conceito*, você afirma que "[o conceito de justiça de transição] carrega uma ideia de justiça excepcional e precária, a ser modulada de acordo com as possibilidades em condições adversas, que é aplicável apenas a situações de extremo conflito ou forte instabilidade política, não verificadas nos países da América Latina e do Sul da Europa atualmente" (QUINALHA, 2012, s. p.). Passados dez anos, e diante do atual contexto de nosso país, você teceria novas reflexões em torno do conceito?

Renan Quinalha (RQ): Minha dissertação, defendida em 2012 e logo publicada em livro pela Editora Expressão Popular, foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre essa temática que, à época, ganhava um estatuto de importância nas políticas públicas de memória, verdade e justiça. Era momento de Comissão da Verdade, de condenação do Estado brasileiro no Sistema Interamericano dos Direitos Humanos, do III Plano Nacional dos Direitos Humanos. Naquela época, já tinha convicção da centralidade da justiça de transição enquanto uma agenda para fortalecimento da democracia. Infelizmente, a crise política pós-2013 acabou deixando esse tema escanteado, dando cada vez mais espaço para o autoritarismo que só fez crescer até chegar na ascensão do bolsonarismo. Não sei se faria hoje uma reconceituação do termo de justiça de transição, acho que ainda faz sentido o que escrevi há 10 anos. No entanto, tenho interesse em atualizar esse trabalho em uma nova edição, é um projeto para 2023, pois é preciso aprofundar uma reflexão sobre nossa transição sem justiça, sobretudo quando precisaremos de um novo processo de redemocratização pós-bolsonarismo.

COR: Talvez, não por acaso, tenhamos deixado para estruturar a presente entrevista após o resultado final das eleições de 2022. O conservadorismo avançou e não é mais o mesmo. Ele buscou se inovar, a fim de que sua organização pudesse se tornar ainda mais imperceptível. A que se deve esse processo de reconfiguração?

RQ: Autoritarismo político e conservadorismo moral sempre caminharam juntos na história do Brasil (e em diversas outras partes do mundo). O bolsonarismo é, de um lado, a reedição direta de um legado da ditadura de 1964 e, de outro, uma configuração política e ideológica nova, vinculada à ascensão da extrema direita minando regimes democráticos, por dentro, em distintos países. A cruzada moral era e segue sendo central para esses atores antidemocráticos. A Damares é uma das figuras políticas de maior relevância dos últimos anos no Brasil, agora eleita senadora. A derrota eleitoral do bolsonarismo, que deve ser muito celebrada considerando os abusos e violências que marcaram esse processo, não significa a superação imediata do conservadorismo. Teremos ainda um longo desafio de

COR: Ainda em sua pesquisa de mestrado, você defende que "reitera-se o discurso do medo e da ameaça como argumentos para orientar o tratamento a ser conferido às violações de direitos humanos" (QUINALHA, 2012, p. 77). Essa é uma prática que garante o avanço das políticas neoconservadoras?

RQ: Sim. O receio de radicalizar a luta pela democracia, muitas vezes, tem nos imposto bloqueios em uma lógica da conciliação que mais paralisa do que nos faz avançar. A experiência da ditadura e do bolsonarismo devem nos ensinar que não há reconciliação possível com a violência desses regimes. É preciso tomar, com prioridade zero, medidas de verdade, memória, reparação e justiça para superarmos a normalização da barbárie.

COR: A obra *Democracia em risco?* (ABRANCHES et al., 2019), na qual você atuou como autor, propõe reflexões múltiplas e interdisciplinares em torno da eleição do (ainda) presidente Jair Messias Bolsonaro. Apesar de sua derrota nas urnas, não há como negar o crescimento de um movimento em torno de suas pautas que se apresenta ainda mais robusto do que em 2018. Assim, utilizando de uma licença poética, perguntamos: a democracia, ainda, está em risco?

RQ: Eu diria que a democracia está sempre em risco. Esse é o modo natural de existência dela. Por vezes, nos esquecemos de que a maior parte dos regimes políticos no mundo ou não são democracia ou são democracias muito recentes. Essa constatação realista nos impele a reconhecer a importância do cultivo permanente e incansável da democracia. Chegamos muito perto a um ponto de não retorno com essas eleições, se Bolsonaro tivesse ganhado o segundo turno, seriam 20 ou 30 anos de destruição nacional e perseguição a opositores, detonando por dentro das instituições. A reconstrução democrática exigirá muito esforço justamente pelo tamanho do estrago já feito.

COR: Sua tese de doutorado, *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, teve como objetivo "investigar os contornos da política sexual concebida e implementada pela ditadura civil-militar (1964-1988)" (QUINALHA, 2017, s. p.). Começando pela ideologia de gênero, em 2017/2018, passando por "meninos vestem azul e meninas vestem rosa" e pela mamadeira de piroca, finalmente, em 2022, retornando à ideologia de gênero e inaugurando os ataques ao banheiro unissex, gostaríamos que você falasse um pouco sobre a política sexual contemporânea e seus efeitos na sociedade como um todo, de "esquerdopatas" comunistas ao "gado" bolsonarista. Ela extrapola o reduto conservador?

RQ: Sem dúvidas, ainda há um conservadorismo muito arraigado em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive por conta da força que a religião evangélica de matriz neopentecostal tem assumido. O governo Bolsonaro deu respaldo e formatação institucional

para esse conservadorismo, que foi alçado à condição de políticas públicas. O processo análogo se deu durante a ditadura, com maior consistência diante da concentração do poder no Executivo e por prazo maior. A questão é que esses regimes autoritários, do passado e do presente, são um laboratório de subjetividades, eles funcionam como um dispositivo de educação política e moral de uma sociedade já conservadora. Assim, precisaremos forjar um novo processo pedagógico no campo dos direitos humanos que nos auxiliem a convencer cada vez mais pessoas para a importância da valorização da cidadania e da democracia.

COR: A pergunta final é "simples" e sucinta: 2023, o que fazer?

RQ: A vitória de uma ampla frente democrática sob a liderança de Lula foi apenas o primeiro - ainda que fundamental - passo a ser dado. As comissões de transição já atestaram o nível de destruição do Estado brasileiro, é muito profundo o estrago. Nesse sentido, 2023 será um ano ainda de expectativas rebaixadas: temos de cobrar e pressionar, mas conscientes de que será um período ainda muito difícil para retomar a capacidade fiscal do Estado, os investimentos, as políticas públicas e a racionalização da gestão. Em paralelo, devemos seguir firmes na desbolsonarização das várias instâncias e espaços da nossa sociedade e cultura. A disputa em torno dos direitos sexuais e reprodutivos seguirá no centro da política, teremos de nos organizar para fazer frente à bancada fundamentalista. Sei que há um cansaço e uma exaustão com esses 4 anos de Bolsonaro com o agravante de uma pandemia, mas o presente e o futuro nos demandarão ainda mais energia e esforço, nesses próximos anos, para podermos avançar no aprofundamento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRANCHES, Sérgio *et al*. **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:** contornos do conceito. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral e Filosofia do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em 14/11/2022
Aceito em 16/12/2022